CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE JAGUARARI** e o Sr. **MARCOS ARAÚJO DA SILVA.**

CONTRATO Nº 069-2021. 1

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARARI, com sede na Praça Alfredo Viana, nº. 02, Centro, CEP 48960-000, na cidade de Jaguarari/Estado da Bahia, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 13.988.316/0001-85, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Antônio Ferreira do Nascimento, inscrito(a) no CPF nº 048.638.105-63, portador(a) da Carteira de Identidade nº 00.888.864-76, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o Sr. **MARCOS ARAÚJO DA SILVA**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 0858489309 SSP-BA, inscrito CPF nº 933.831.855-91, residente e domiciliado no Rua Alexandrina Duarte, nº 12, nesta cidade de Jaguarari-BA, doravante designado **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no **Processo administrativo nº 044-2021** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterações posteriores e conforme Decreto Municipal nº 0261, de 16 de setembro de 2020, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da dispensa emergencial de licitação nº **DISP037-2021**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação emergencial de pessoa física para prestação de serviços de carros-pipas com motoristas, para atender as necessidades de abastecimento de água potável à população jaguarariense através da Secretaria de Agricultura, deste Município, conforme explicitado abaixo:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

2.1. Os serviços serão executados em conformidade com a proposta apresentada pelo CONTRATADO, vez que compõe, em todos os seus termos, o **processo administrativo nº 044-2021, dispensa emergencial de licitação DISP037-2021.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO.

3.1 - O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de 03/02/2021 e encerramento em 03/03/2021, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE.

Item	Especificação	Veículo	Placa	UND	QTDE	Valor Mensal	Valor total
01	Abastecimento de água potável à população jaguarariense através da Secretaria de Agricultura, deste Município.	Carro-Pipa	CBR7989	MÊS	01	R$ 4.750,00	R$ 4.750,00
VALOR TOTAL							**R$ 4.750,00**

4.1 – O valor total do presente Termo de Contrato é de **R$ 4.750,00** (quatro mil e setecentos e cinquenta reais);
4.1.1 – O valor pago será da seguinte maneira: de 03 de fevereiro a 03 de março de 2021, a importância de R$ 4.750,00 (quatro mil e setecentos e cinquenta reais), por mês, na conta bancária: Banco do Brasil, Agência 2196-2, Conta Corrente 34.240-8 sob a titularidade do Contratado;
4.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários,

fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;
4.3 - Os preços serão reajustados anualmente com base no INPC, ou outro índice que o venha a substituir, podendo, entretanto, serem repactuados, a qualquer tempo, conforme acordo entre as partes;
4.4 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias da apresentação Fatura / Nota Fiscal, em 02 (duas) vias que deverá ser apresentada ao titular da Secretaria de Finanças para a devida aprovação;
4.5 - A Fatura / Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da Prefeitura Municipal de Jaguarari inscrita no CNPJ/MF nº 13.988.316/0001-85, sediada a Praça Alfredo Viana, nº. 02, Centro, CEP 48960-000, neste Município.
4.6 - Não será efetuado qualquer pagamento a título de antecipação do valor contratado mesmo que a requerimento do interessado.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Órgão: 1001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DES. ECONOMICO E REC. HÍDRICOS.
Projeto/Atividade: 4.122.012.2057 – Manut. das Ações Sec. Agricultura Desen. Econômico e Rec. Hídricos.
Elemento de despesa: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Física
Fonte de Recursos: 0100 – 9242

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES.

6.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
6.2 - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
6.3 - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – FISCALIZAÇÃO.

7.1 - A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES.

8.1 - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

a) proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato;
b) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
c) notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
d) pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;
e) zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
f) Quando em visita à sede da CONTRATANTE, para a execução deste contrato, ela irá arcar com as despesas de locomoção, hospedagem e alimentação dos técnicos da CONTRATADA.

8.2 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) executar os serviços conforme especificações da sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

b) arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;
c) utilizar empregados habilitados e com conhecimentos avançados dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
d) apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá, se necessário;
e) responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
f) instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
g) relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
h) não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
i) manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
j) não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
k) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto do CONTRATO, o Município poderá aplicar a CONTRATADA multa de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, inclusive responsabilização civil e penal na forma da Legislação específica;
9.2 - Além da multa prevista ficam estabelecidas as penas de advertência, rescisão de contrato, declaração de inidoneidade e suspensão do direito de licitar e contratar com o MUNICÍPIO, conforme Lei 8.666/93, que serão aplicadas em função da natureza e gravidade da falta cometida, garantida a ampla defesa.
9.3 - O MUNICÍPIO reterá dos créditos decorrentes deste Contrato valores suficientes ao pagamento das multas aplicadas.
9.4 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA sem a quitação das multas aplicadas em definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO.

10.1 - O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.
10.2 - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato;
10.3 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa;
10.4 - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

0001/39

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

11.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E PUBLICAÇÃO.

4

12.1 - O presente Contrato tem embasamento legal conforme art. 24, inciso IV na lei 8.666/93, e Decreto Municipal nº 0261, de 16 de setembro de 2020.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO.

13.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Jaguarari-BA como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.
13.2 - E por estarem justos e contratados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que produzam os efeitos legais.

Jaguarari - BA, 03 de fevereiro de 2021.

ANTÔNIO FERREIRA DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

MARCOS ARAÚJO DA SILVA
CONTRATADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARARI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 044-2021 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N°. DISP037-2021

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 068-2021 – Contratantes: O MUNICÍPIO DE JAGUARARI, CNPJ 13.988.316/0001-85 e o Sr. JUVENAL MORGADO DA SILVA, CPF: 770.894.725-15. Objeto: Contratação emergencial carros-pipas com motoristas, para atender as necessidades de abastecimento de água potável à população jaguarariense através da Secretaria de Agricultura, deste Município, conforme Decreto nº 0261, de 16 de setembro de 2020. Vigência: até 03 de março de 2021; Valor Total: R$ 4.750,00 (quatro mil e setecentos e cinquenta reais); Data do Contrato: 03 de fevereiro de 2021; Assinam: Antônio Ferreira do Nascimento e Juvenal Morgado da Silva, pelo Município e pelo Contratado, respectivamente, tudo em conformidade com Artigo 24, inciso IV da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Jaguarari(BA), 03 de fevereiro de 2021.

ANTÔNIO FERREIRA DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARARI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 044-2021 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N°. DISP037-2021

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 069-2021 – Contratantes: O MUNICÍPIO DE JAGUARARI, CNPJ 13.988.316/0001-85 e o Sr. MARCOS ARAÚJO DA SILVA, CPF: 933.831.855-91. Objeto: Contratação emergencial carros-pipas com motoristas, para atender as necessidades de abastecimento de água potável à população jaguarariense através da Secretaria de Agricultura, deste Município, conforme Decreto nº 0261, de 16 de setembro de 2020. Vigência: até 03 de março de 2021; Valor Total: R$ 4.750,00 (quatro mil e setecentos e cinquenta reais); Data do Contrato: 03 de fevereiro de 2021; Assinam: Antônio Ferreira do Nascimento e Marcos Araújo da Silva, pelo Município e pelo Contratado, respectivamente, tudo em conformidade com Artigo 24, inciso IV da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Jaguarari(BA), 03 de fevereiro de 2021.

ANTÔNIO FERREIRA DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARARI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 044-2021 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N°. DISP037-2021

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 070-2021 – Contratantes: O MUNICÍPIO DE JAGUARARI, CNPJ 13.988.316/0001-85 e o Sr. MICHAEL ARAÚJO DA SILVA, CPF: 016.552.425-12. Objeto: Contratação emergencial carros-pipas com motoristas, para atender as necessidades de abastecimento de água potável à população jaguarariense através da Secretaria de Agricultura, deste Município, conforme Decreto nº 0261, de 16 de setembro de 2020. Vigência: até 03 de março de 2021; Valor Total: R$ 4.750,00 (quatro mil e setecentos e cinquenta reais); Data do Contrato: 03 de fevereiro de 2021; Assinam: Antônio Ferreira do Nascimento e Michael Araújo da Silva, pelo Município e pelo Contratado, respectivamente, tudo em conformidade com Artigo 24, inciso IV da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Jaguarari(BA), 03 de fevereiro de 2021.

ANTÔNIO FERREIRA DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Este documento foi assinado digitalmente por certificação ICP-BRASIL / Versão eletrônica disponível pelo portal www.ridap.org.br